

ARCA

Número 01

Setembro/82 a Janeiro/83

dos moradores da área do reservatório BARRAGEM DE TUCURUÍ



TERRA POR TERRA — Que a ELETRONORTE distribua outros lotes, de 21 alqueires, titulados nos locais escolhidos por cada comunidade.

CASA POR CASA, VILA POR VILA — Que a ELETRONORTE construa novas vilas com casas melhores ou iguais as anteriores, luz, esgoto, água, ruas e prédios públicos.

INDENIZAÇÃO JUSTA — Que os processos de indenização sejam revistos e reavaliados de acordo com a tabela de valores feita pelos trabalhadores.

RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS — Que sejam indenizados os prejuízos dos anos parados de plantar.

APRESENTAÇÃO

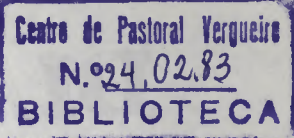
Este boletim nasceu da necessidade de auxiliar as organizações dos trabalhadores rurais, agricultores e moradores em geral da área do futuro reservatório de Tucuruí, no sentido de documentar e divulgar os fatos da história mais recente da luta desta população junto as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRO-NORTE.

Esta primeira edição procura registrar os acontecimentos ocorridos durante o acompanhamento que a população atingida realizou no pátio externo dos escritórios do Serviço de Patrimônio Imobiliário - SPI/TUC, nos dias 9 a 11 de setembro de 1982, com o objetivo de alcançar respostas às suas reivindicações de TERRA POR TERRA, com lotes de 21 alqueires; CASA POR CASA; VILA POR VILA; REVISÃO DAS INDENIZAÇÕES e RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS.

A seqüência encontrada na leitura é a seguinte:

OS PASSOS DA LUTA	páa. 3
DIÁRIO DA LUTA	pags. 4 a 21
FAIXAS	pág. 22
DOCUMENTOS	pags. 22 a 26
SAIU NO JORNAL	pags. 27 a 33
TELEGRAMAS DE APOIO ...	pags. 34

OS PASSOS DA LUTA



9 de janeiro de 1980: Comunidades de Itupiranga elaboram, e publicam na imprensa, o documento "ELETRONORTE" perguntando: a) Quando vamos ser indenizados? b) Quanto vamos ganhar? c) Onde estão os outros lotes? d) Quem vai ser e quem não vai ser indenizado?

Julho de 1980: desapropriados da Vila de Repartimento (Km 157. Traçamazônica) fazem abaixo assinado, enviando à ELETRONORTE, Governo de Estado e Prefeitura Municipal de Tucuruí e exigem a construção da nova Vila de Repartimento no Km 177 da Transamazônica e demarcação de lotes às proximidades

2 novembro de 1981: lançado e posteriormente divulgado na imprensa, o "Documento dos Vazamentos de Itupiranga à ELETRONORTE"

12 dezembro de 1981: a população de Repartimento e adjacências se reúne em Assembléia, na Vila de Repartimento, e aprova o "DOCUMENTO I" exigindo: Lotes de 21 alqueires próximos à Novo Repartimento; casa por casa; indenizações justas e recuperação dos prejuízos dos anos proibidos de plantar.

15 de dezembro de 1981: comissão de moradores de Repartimento vai até Brasília, entrega o "DOCUMENTO I" à altas autoridades do Governo Federal, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e se reúne com a Diretoria da ELETRONORTE. O documento é publicado na rádio, jornais e televisão do país.

23 de maio de 1982: é feito novo documento (DOCUMENTO II) pelos moradores de Repartimento e adjacências exigindo que fosse cumprido até o dia 30 de julho: a) demarcação dos lotes rurais; b) conclusão da infra-estrutura das novas Vilas de Repartimento e Breu Branco c) início da construção das novas casas, pela ELETRONORTE d) mapas das novas vilas e dos lotes rurais.

12 de agosto de 1982: assembléia geral, em Repartimento, reúne representantes de toda a área do reservatório e, conjuntamente, decide dar o prazo até o dia 5 de setembro para que a ELETRONORTE cumpra com as reivindicações do DOCUMENTO II. Passado esse prazo e a empresa não satisfazendo as reivindicações, os atingidos acampam no Escritório do SPI/TUC.

8 a 11 de setembro: 400 lavradores e lavradoras acampam no Escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário, da ELETRONORTE - SPI/TUC.

DIÁRIO DA LUTA:

Chegando em Tucuruí e organizando a passeata

Após reuniões em cada vila, comunidade e cidade o povo da área do Reservatório de Tucuruí, organizado por suas comissões de moradores, preparou suas delegações que em caminhões e caminhonetes se deslocaram desde a madrugada para Tucuruí.

Na viagem levavam mantimentos, faixas com suas reivindicações, muita animação e a firmeza de não se dobrar diante da peleja que teriam pela frente.

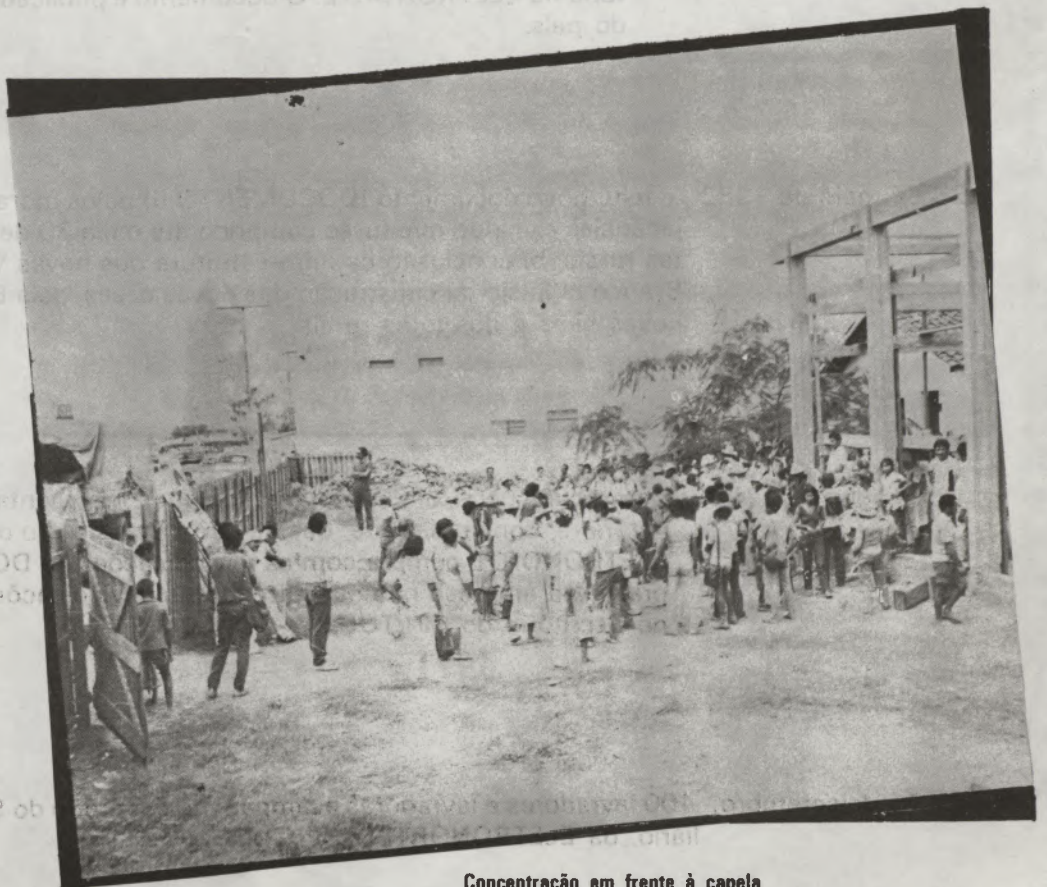
As primeiras delegações que chegavam vinham da colônia do rio Mojú e os lavradores começaram a formar grupos às imediações da capela João XXIII

Às 11:00 horas chegavam em festa os caminhões vindos de Itupiranga, Vila de Repartimento, Breu Branco e Jacundá

Ao meio-dia, todos se concentraram em frente a capela ...



A delegação de Itupiranga chega em Tucuruí trazendo muita bagagem e no caminhão a faixa: "COMPANHEIROS; A LUTA CONTINUA - VENCEREMOS".



Concentração em frente à capela João XXIII para a organização da passeata.

... e saiu a passeata

Mais de 300 lavradores saem em passeata, caminhando e levando faixas com suas reivindicações; cantando e anunciando ao povo da cidade de Tucuruí os motivos de sua luta.



Agora, nós vamos prá luta
A terra que é nossa ocupar
A terra é pra quem trabalha
A história não falha
Nós vamos ganhar

Já chega de tanto sofrer
Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil
Na lei ou na marra
Nós vamos ganhar.

Caminhando pelas ruas da cidade



Nós somos
também brasileiros"...

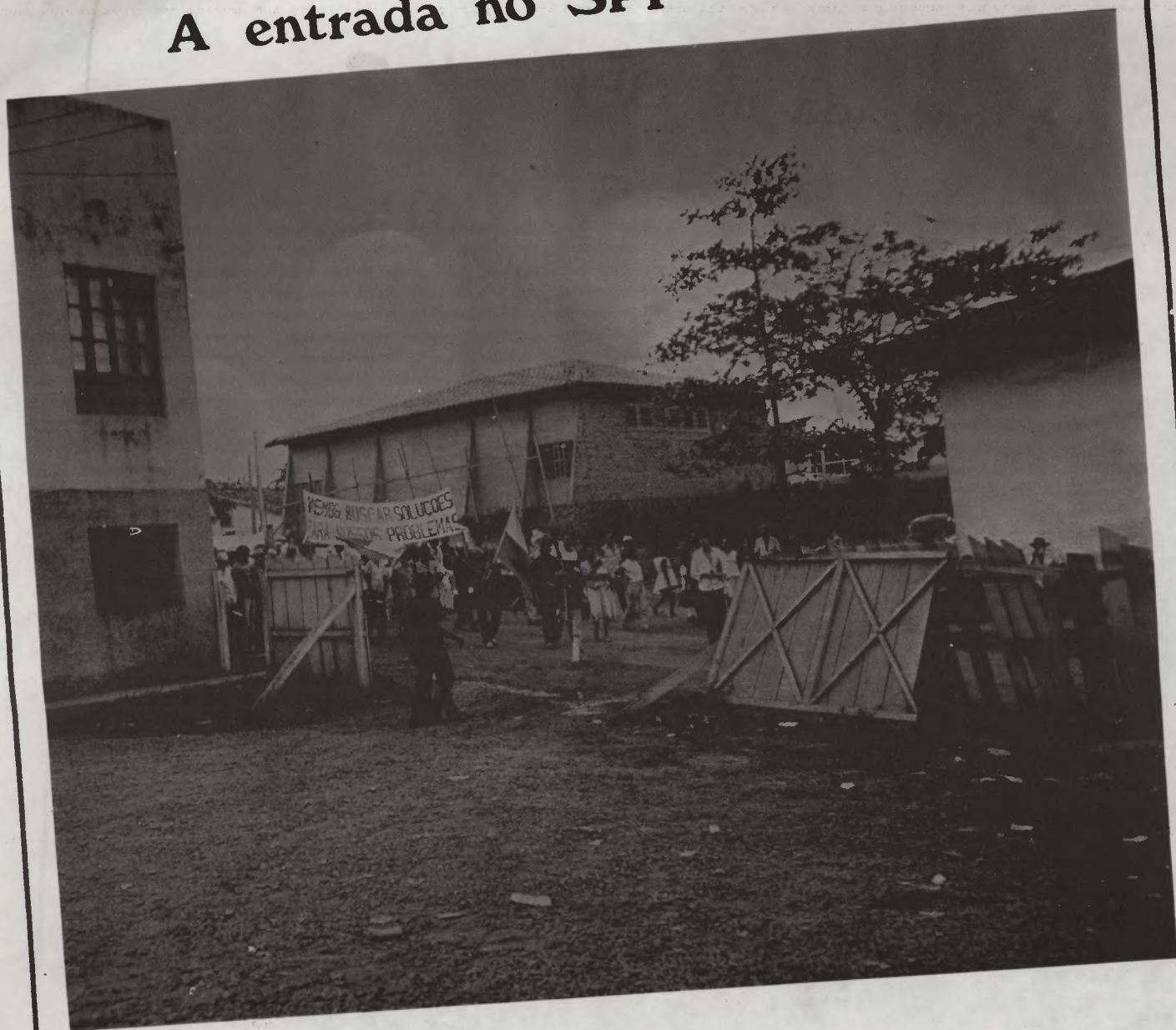
..." Viva
os lavradores"...

..." Viva
nós"...



A entrada no SPI

1



Meio dia e 45 minutos,
a passeata, lentamente vai chegando
ao local do acampamento
À frente, 2 bandeiras verde e amarela

Na entrada do pátio do SPI,
dois soldados da Polícia Militar
observam e depois se afastam

João Duarte da Comissão dos
Membros do Departamento
de Defesa e Segurança
Pede licença para poder entrar

Não há resposta

A entrada no SPI

2



João Duarte da comissão dos
Moradores de Repartimento
usando o megafone.
Pede licença para poder entrar

Não há resposta

A entrada no SPI

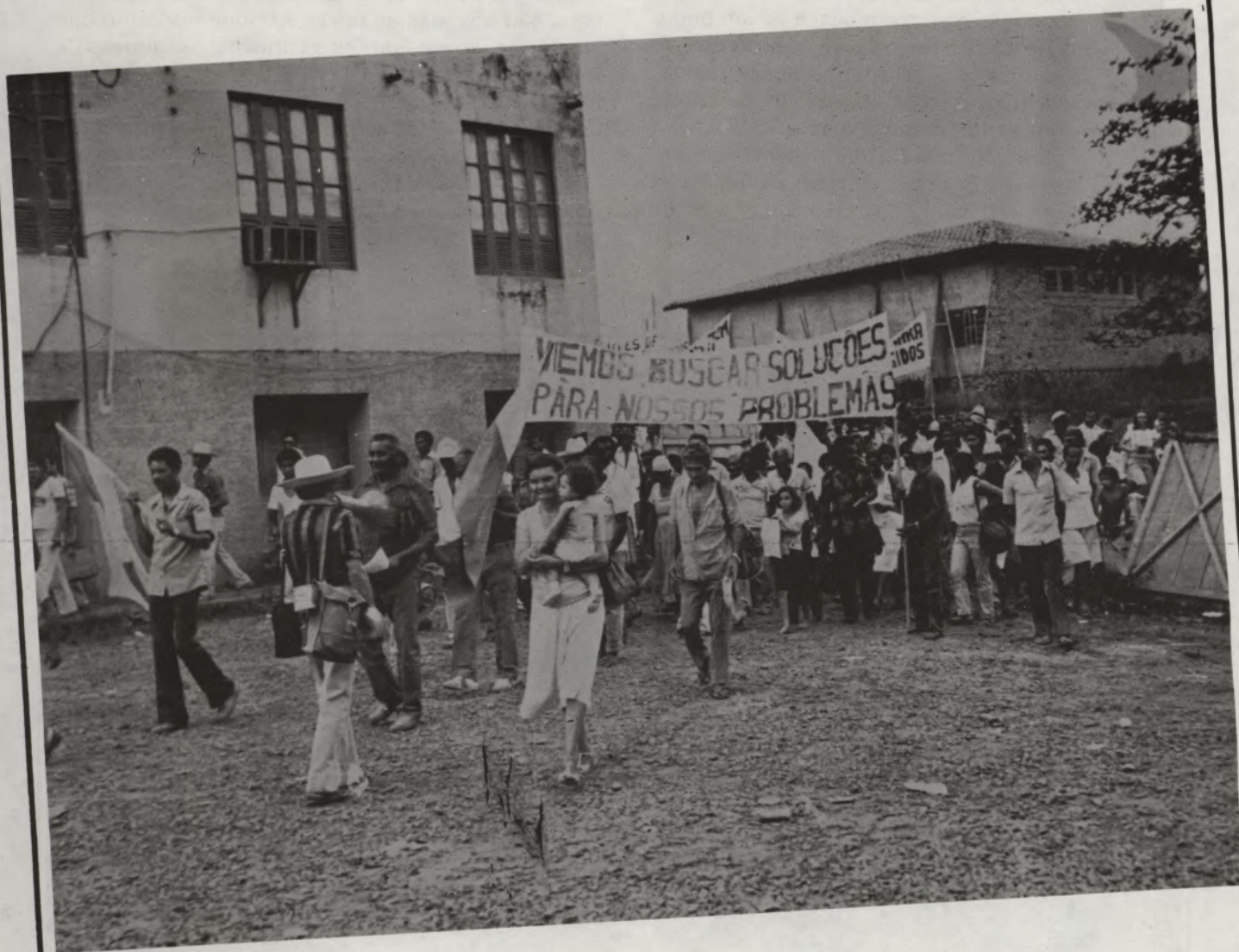
3

Sob grande silêncio

O povo entra

para se acampar,

para buscar soluções para os problemas



O acampamento



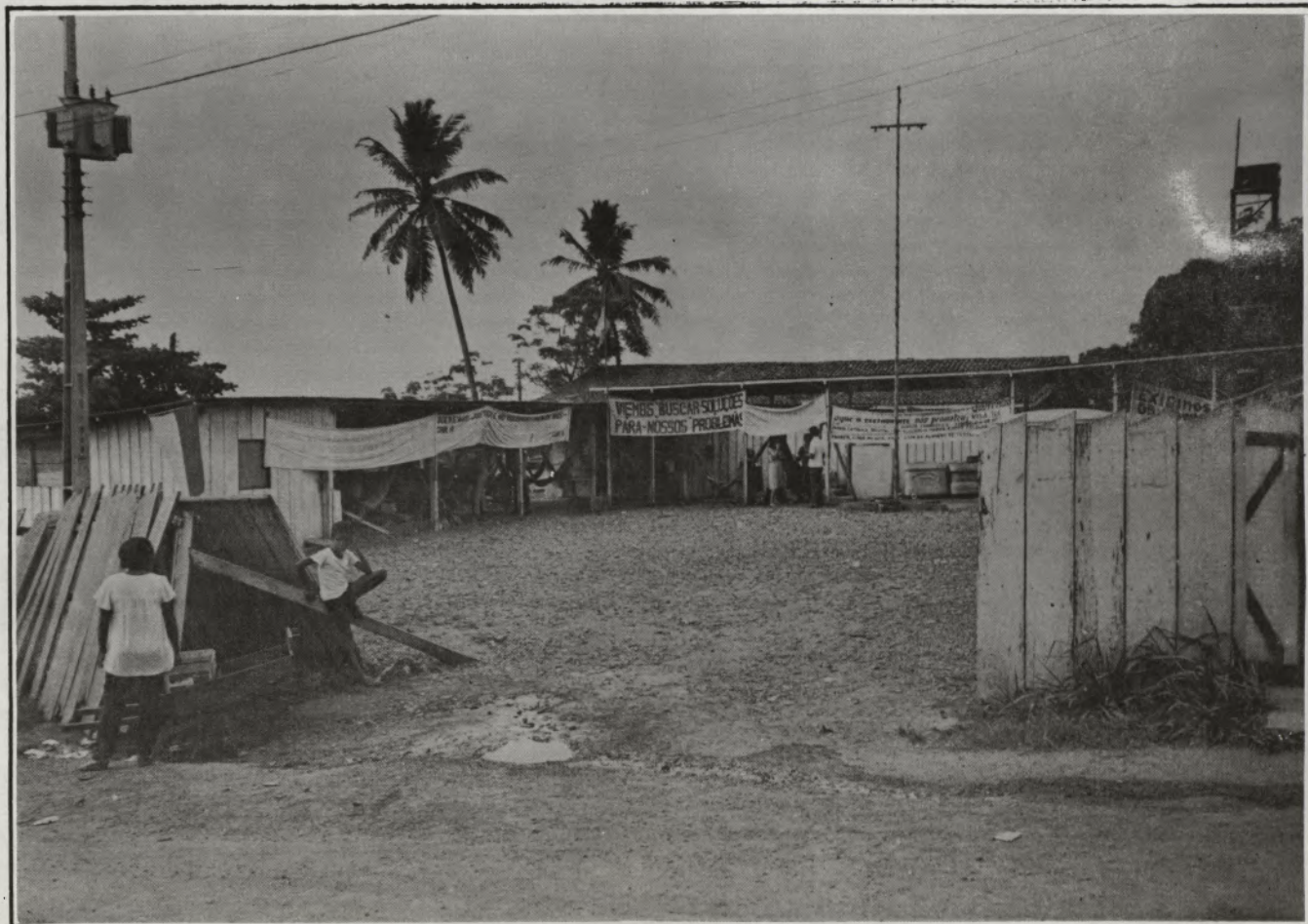
Provavelmente, com a experiência adquirida no vai e vem em busca de um pedaço de terra, os colonos, habituados ao desconforto e a improvisação, rapidamente transformam o pátio externo do escritório do SPI em um acampamento alegre.

Um barracão coberto de plástico é levantado para servir de cosinha. Outro é erguido para ser utilizado como sanitário. O estacionamento coberto e a passarela que leva ao prédio são to-

mados por inúmeras redes que se cruzam. Aí, também, são afixadas as faixas e bandeiras como que ilustrando, aos visitantes e curiosos, os motivos da luta.

Para que tudo funcione, diversas equipes de trabalho são formadas: e da cosinha, a da água, a da recepção e a da animação.

O povo se prepara para resistir, ali, o tempo necessário até a obtenção de respostas concretas para suas reivindicações.



Assembléia discute resultados da negociação.



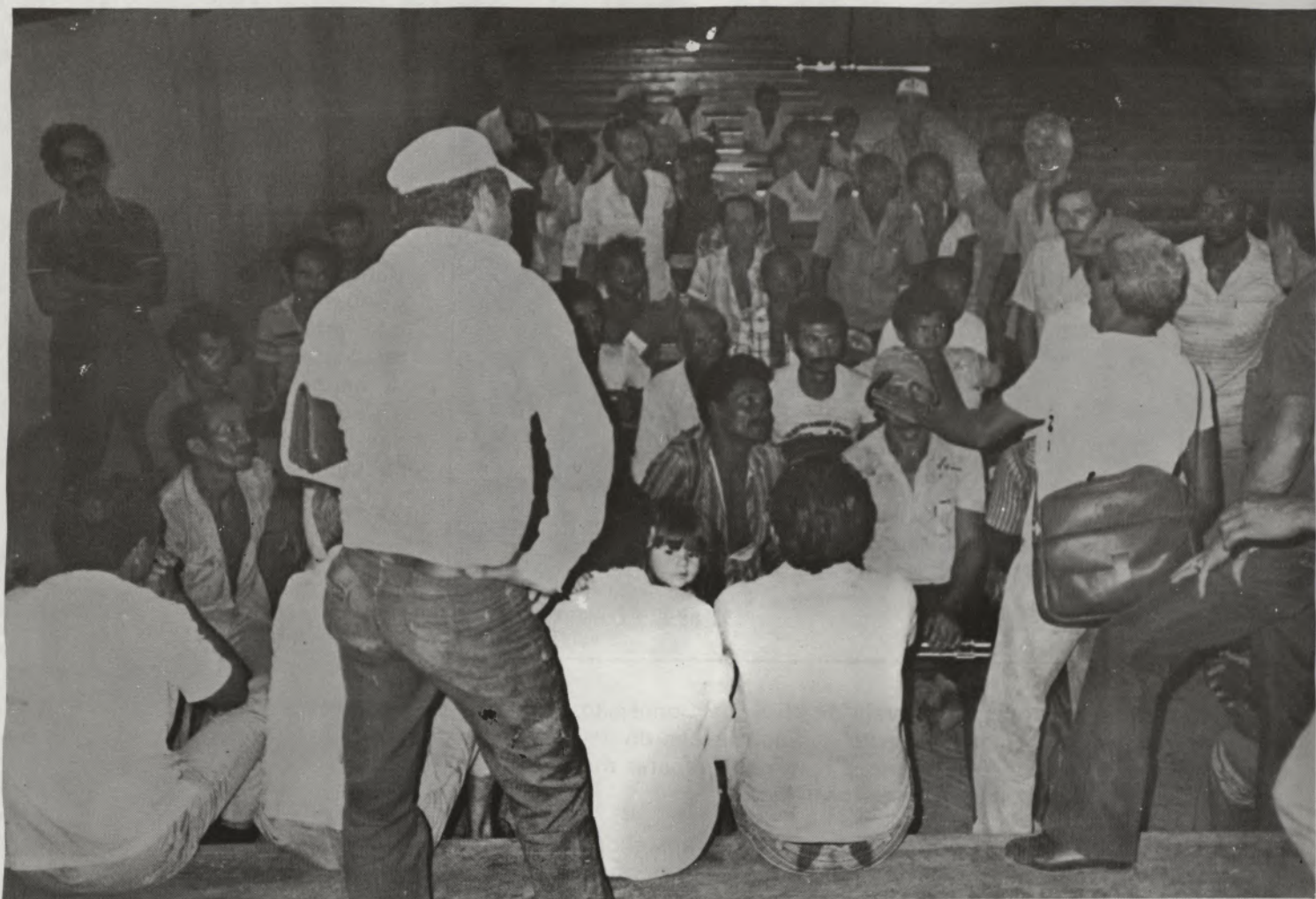
Raul Couto, da Comissão Pastoral da Terra, anuncia os resultados da reunião de negociação entre a Comissão Representativa dos Lavradores e a Eletronorte.

Reunidos em assembléia na Igreja de N. S. da Conceição, os expropriados tomam conhecimento das conclusões do 1º dia de negociação com a Eletronorte e resolvem preparar melhor a pauta de reivindicações por cada localidade.

Durante toda a noite, já no acampamento e insatisfeitos com os resultados da negociação, os lavradores resolvem permanecer acampados até discutirem todas as suas reivindicações com a Eletronorte e terem soluções concretas.



Cada comunidade prepara sua comissão.



T rês grupos são formados de acordo com os locais e seus problemas específicos. Repartimento junto com Breu Branco, Colônia do Rio Mojú, Itupiranga e Jacundá.

Cada grupo elege sua comissão e prepara, juntamente com ela, os argumentos que serão levados à mesa de negociações.



Muitos tentaram,
ninguém conseguiu
quebrar a resistência
do movimento.



Na tarde de quinta-feira, enquanto as diversas comissões se reúnem na Igreja da Nossa Senhora da Conceição, no acampamento os manifestantes são provocados por pessoas que se "infiltram" no meio da massa para tentar dividir o movimento e, assim, enfraquece-lo.

O vereador de Repartimento, "Neneo"; a Juíza da Comarca de Tukuruí; o chefe do GETAT em Tukuruí, João Batista; algumas moças desconhecidas e funcionários da ELETRO-NORTE, como o advogado Brahuna, a todo momento procuram chamar alguém para prometer resolver seu caso individualmente.

Mas, os agricultores nem dão bola.

Em uma dada ocasião, Brahuna fica desesperado, e faz um discurso em voz alta. Inútil. Os lavradores não mais acreditam em ninguém, a não ser na comissão que os representa, ou seja, neles mesmos.

Funcionários da
ELETRO-NORTE
no meio dos
agricultores.

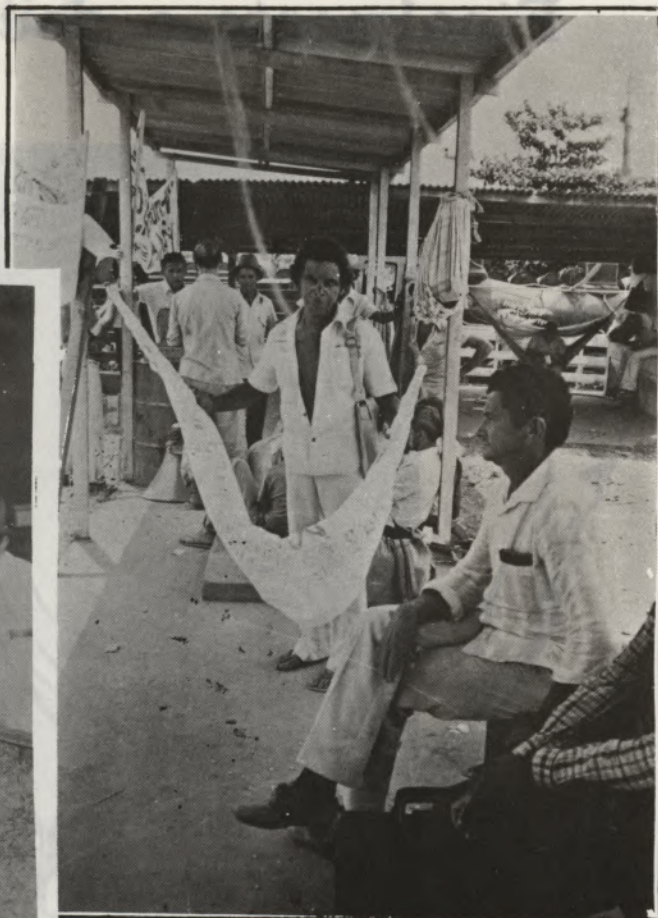
“Vamos ficar”



Ao amanhecer o dia 9, o clima de insatisfação é geral em todo o acampamento. Rápida-mente é aberta assembléia quando, por unanimidade, fica decidido não se levantar o acampamento enquanto todas as reivindicações dos lavradores não forem discutidas com os representantes da Eletronorte. As dependên-

cias do SPI seriam desocupadas somente após o fornecimento, por parte da empresa, de uma prova documentada das suas respostas. É decidido, também, que os lavradores de cada localidade deveriam se reunir em grupo para a escolha de novos representantes, formando, assim, comissões locais de negociação e ampliando a comissão central

Sexta-feira de agonia



s dez horas, a comissão de negociação ampliada entra no escritório do SPI, novamente, para uma reunião que, suspensa por duas horas para o almoço, se arrasta durante todo o dia até que os acontecimentos sejam lavrados em Ata e esta assinada pelas 30 pessoas participantes.

Do lado de fora, no acampamento, a ansiedade é muito grande por falta de notícias. Esperar é a única coisa a fazer.

Mesmo assim, as atividades não param. Mais um barracão é construído para abrigar o pessoal que a toda hora chega.

Ao entrar a madrugada, praticamente ninguém consegue dormir, com exceção das crianças. É uma sexta-feira de agonia os agricultores acampados.



Finalmente, o documento



Ao dar uma hora da madrugada, a comissão, finalmente, sai do escritório com a Ata da reunião. Cada membro com uma cópia na mão.

A pequena multidão que esperava do lado de fora se reúne imediatamente, decidindo deixar para debater os resultados contidos na Ata, e os rumos do movimento, para a parte da manhã.

Em seguida, todos se dão as mãos, formando uma grande roda. A longa espera termina com um ato ecumênico espontâneo aonde as pessoas ali presentes, indistintamente do credo, agradecem a Deus pelos resultados alcançados na luta. A unidade e a firmaza dos trabalhadores foram mais fortes que as dificuldades enfrentadas para chegarem até ali; mais fortes que as provocações; mais fortes que o cansaço da espera. Agora, todos podem dormir mais sossegados.

Quando amanhece o dia de sábado, após o café, uma nova caminhada é feita até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição para que se participe da quarta e última reunião durante o período do acampamento.



A última assembleia

Cuidado com as cobras escondidas atraz da moita

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição abre suas portas mais uma vez, assim como durante todo o desenrolar do acampamento, para abrigar os lavradores por ocasião de suas reuniões.

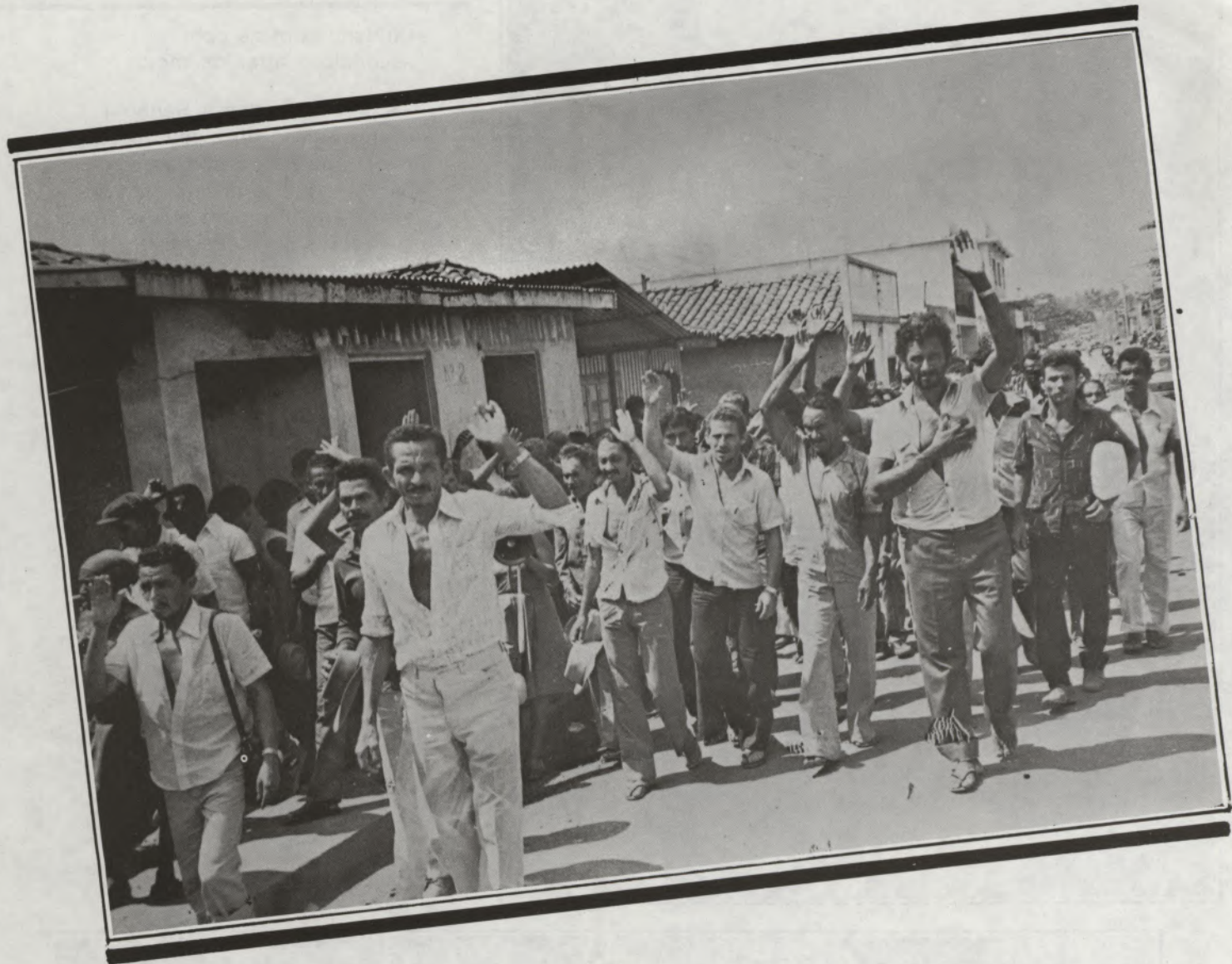
Na assembleia, a Ata é lida e explicada ponto por ponto.

Apesar da preocupação dos lavradores, eles resolvem aceitar os acordos firmados e voltar para suas moradias para acompanhar e aguardar nas comunidades, as providências prometidas,

A continuidade da luta por lotes de 21 alqueires é aprovada por todos e, apesar de satisfeito com as conquistas alcançadas, a cisma continua com as possíveis "cobras escondidas atraves da moita", colocadas pela ELETORNORTE para entocaiar a luta dos desapropriados.



Uma procissão estranha



“Tão logo terminou a reunião
realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição,
todos voltaram para o local de acampamento,
numa procissão estranha,
sem velas,
sem rezas,
sem imagens,
apenas conversas e planos sobre como serão os procedimentos
de agora em diante,
a fim de se manterem unidos
dentro do espírito que moveu o encontro
realizado durante a semana.”

O LIBERAL

Belém, domingo, 12 de setembro de 1982

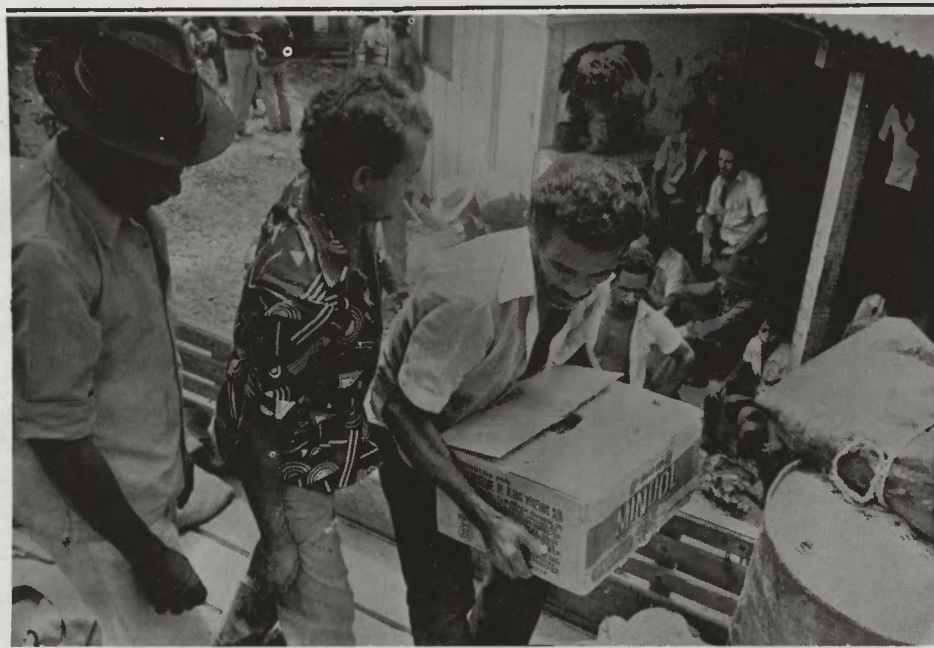
Levantando o acampamento



Enrolar as
faixas.



Desfazer a
barraca.



Embarcar o
que sobrou.

Levantando o acampamento
Uma proposta para a
Retornando para casa



Em ônibus
conseguidos junto à Eletronorte
e caminhões, os 400 acampados voltam felizes
para a casa.



A despedida



“Companheiros, nós agora voltamos para nossas casas. Os dias em que a gente teve acampado foi muito bom para nós conquistarmos nossos direitos. Esperamos que agora nossas exigências sejam atendidas. Esperamos que não seja necessário nós voltarmos. Mas, se for preciso, nós estaremos todos novamente de volta, aqui.”

João Duarte Lima
Comissão de Moradores de
Repartimento - Tucuruí

FAIXAS

“Queremos justiça e não violência
Viemos buscar a resposta do prometido
A 4 anos estamos cansados de esperar
Só voltaremos com ela - Taurí.”

“Quem cria problemas tem
obrigação de resolver”

“Viemos buscar solução para
os nossos problemas”

“Exigimos casas para os
moradores atingidos”

“Indenizações justas e
recuperação dos prejuízos”

“Nós crianças do Mojú da PA 263
Queremos o que a EN-Eletronorte nos prometeu
Escola, professora, transporte, assistência médica
casa, água e luz e a nossa vila etc.”

“Exigimos lotes de 21 alqueires”

DOCUMENTOS

NOTA DE ESCLARECIMENTO E REIVINDICAÇÕES DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA REPRESA DE

TUCURUÍ À POPULAÇÃO:
Tucuruí - PÁ. 08/09/1982. —

Os moradores das áreas a serem inundadas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí resolvem vir até a cidade de Tucuruí e acampar em frente ao estriatório do SPI - Serviço do Patrimônio Indenizações - da ELETRONORTE, para exigir seus direitos pelos motivos que seguem:

a) Com a construção da referida barragem estão sendo prejudicados no direito aos lotes de 21 alqueires (previstos por lei para essa região).

b) Por receberem estes de apenas 5 ou 10 alqueires de terra os lavradores sentem-se sem condições de vida e trabalho, uma vez que a sobrevivência de suas famílias não fica garantida e, além disso, perdem o acesso ao financiamento bancário.

c) A indenização que receberam não cobre os prejuízos causados pela desapropriação. O que é um absurdo! A lei da desapropriação e a da indenização reza que a situação de vida de quem é expropriado não pode ficar pior do que antes.

Por esta situação os lavradores responsabilizam a ELETRONORTE, que tudo feito para ser cada vez mais desacreditada na região. Vejamos:

1. Prometeu e não cumpriu que todos os colonos receberiam 21 alqueires de terra e casa, o que seria justo, e até agora não cumpriu.

2. Foi irresponsável por não fornecer a delimitação exata da face d'água do lago, prejudicando assim os trabalhadores rurais, como ocorreu com dezenas de famílias que após 3 anos de proibição de plantar receberam nova ordem para reativar suas atividades, pois a área não seria mais atingida.

3. Se recusa rever os processos de indenização o que para os lavradores revela o medo da verdade.

4. Sendo a responsável pela alteração socioeconômica da região foge constantemente a essa responsabilidade jogando a culpa ora no GETAT, ITERPA, ora sobre os próprios lavradores. Ex: fornecendo lotes menores de 21 alqueires, recusando-se a construir residências para as famílias nas novas vilas e povoados.

5. Desrespeita as organizações dos trabalhadores, não fornecendo os mapas exigidos pelas entidades sindicais e comissões de trabalhadores, se omitindo a dar informações sobre o plano de reassentamento de vi-

las.

6. Comprometida com os políticos locais, a ELETRONORTE transfere o que é de sua responsabilidade em favor de políticos em campanha eleitoral. Ex.: distribuição de lotes e documentos que deveriam ser encaminhados aos trabalhadores diretamente e são distribuídos pelos políticos.

7. Para que os colonos recebessem uma melhoria de indenização, chegavam até pagar Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) aos funcionários da Empresa.

8. Os colonos foram obrigados a assinar folhas em branco.

9. Ameaçou moral e fisicamente para que recebessem indenizações injustas, sem reclamar.

Diante de tantas arbitrariedades as famílias atingidas sentem-se obrigadas a se unirem e se organizarem para dar um basta a prepotência e desmandos da ELETRONORTE e exigem que as suas reivindicações sejam atendidas:

1. TERRA POR TERRA — lote de 21 alqueires.

2. VILA POR VILA - CASA POR CASA.

3. indenizações justas E RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS.

REIVINDICAÇÕES:

1. TERRA POR TERRA - lotes de 21 alqueires.

Que os lavradores recebam lotes de 21 alqueires em troca de suas terras desapropriadas.

Município de Itupiranga:

* desapropriação imediata e loteamento das fazendas "Bela Vista", do Sr. João Chaves, e "Cametazinho" do Sr. Luis Borges, para relocação da população da localidade denominada Tauari.

* Desapropriação imediata e loteamento das fazendas: "Cristo Rei", do Sr. Alcides Vieira, "São Sebastião", do Sr. Raimundo A. Silva e "Resplande", do Sr. Neiva de Tal, para relocação dos lavradores de vazante das comunidades de Rainha, Mocajuba direita, Ipixuna Velho e ilhas adjacentes.

Municípios de Tucuui e Jacundá:

* Suspensão da entrega de lotes de 5 e 10 alqueires.

* Demarcação de lotes de 21 alqueires, com abertura de picos nos seus limites extremos, à beira dos desvios da BR 230 e BR 422.

* Complementação para 21 alqueires, quanto aos lotes de 5 e 10 alqueires que já foram distribuídos.

Que todos os lotes sejam demarcados e entregues até o final de dezembro de 1982.

Que se inicie imediatamente o processo de titulação de-

finitiva dos lotes, e não com títulos precários.

Que sejam fornecidos mapas dos lotes até o final de dezembro de 1982.

Que sejam abertas todas as vicinais simultaneamente à entrega dos lotes.

Que seja fornecida a localização de onde deverá passar as linhas de transmissão na colônia do Mojú

2. VILA POR VILA - CASA POR CASA.

Município de Itupiranga:

Que seja dada uma resposta definitiva à respeito da desapropriação ou não da cidade e de seu remanejamento ou não.

Que sejam estabelecidos prazos para: fornecimento de mapas, início e conclusão das obras de infra-estrutura das áreas de relocação, incluindo casas para todos os prédios públicos.

Município de Tucuui:

Que sejam construídas as casas para todos os moradores nas novas vilas de Repartimento e Breu Branco, simultaneamente à construção dos prédios públicos.

Colônia do Moju:

Que sejam tomadas as providências para a construção do núcleo urbano no entroncamento da PA 150 com a PA 263.

Que sejam suspensos os acordos de comodato e doadas definitivamente as casas.

Que sejam construídas casas para aqueles que optaram pelo núcleo

urbano de Novo Breu Branco.

Que, em todos os lugares, sejam construídas casas pelo BNH ou outro sistema financeiro para que eles que moram em casa de aluguel, sob a responsabilidade da ELETRO-NORTE.

3. INDENIZAÇÕES JUSTAS E RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS.

Que sejam fornecidos os critérios usados para o estabelecimento dos valores indenizatórios.

Que sejam revistos todos os processos.

Que sejam indenizados os lavradores com processos que ficaram fora da área de inundação.

Que se pague uma ajuda de manutenção para os 6 meses iniciais no novo lote.

Que seja feita uma compensação pelo tempo perdido de plantar, entre a época do levantamento e a data da fixação dos colonos no novo lote (lucro cessante).

Tucuui, 08/09/1982

DELEGACIA SINDICAL
DE REPARTIMENTO
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUCURUI

COMISSA
COMISSÃO DE MORADORES DE REPARTIMENTO
COMISSÃO DE MORADORES DE ITUPIRANGA
COMISSÃO DE MORADORES DE MOJÚ

A T A D E R E U N I Ã O

Aos dez dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e dois, presentes, no Escritório Regional do SPI/TUC, os dirigentes e técnicos da ELETRONORTE, bem como as pessoas abaixo identificadas e assinadas, foram discutidos e decididos os seguintes assuntos:

1 - No que diz respeito à construção de casas , reivindicadas pelos expropriados, o Dr. ALDAIR TEIXEIRA DUARTE, explicou que a política de relocação adotada pela Empresa, não prevê a construção de casas, mas apenas uma ajuda de construção, reassentamento em lotes, além da permissão para o reaproveitamento do material proveniente das benfeitorias, indenizadas, afóra o fornecimento de transporte para remoção dos expropriados e seus pertences. Apesar disso, que os expropriados poderiam formular uma reivindicação por escrito à Empresa através da CONTAG, que tal reivindicação será submetida à apreciação nos escalões de decisão superior. Se a Empresa, após o exame dessa reivindicação, resolver alterar a política atual de relocações, e decidir que deverão ser construídas casas, tal será realizado, devendo essa situação ficar definida até a formação do reservatório.

2 - Quanto a reivindicação de lotes de vinte e um (21) alqueires, para reassentamento de expropriados, o chefe da Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí informou que o GETAT tem como definido o padrão de cinquenta (50) hectares como dimensão dos lotes em tregues, a fim de atender a todos, por pouca disponibilidade de área na localidade pretendida, ou seja, micro-região da Transamazônica (Repartimento). Informou, ainda, que se houver disponibilidade de área que não seja de propriedade particular, ou não se encontre ocupada por terceiros, e que esteja fora do perímetro do futuro reservatório da UHE-TUC, o GETAT se propõe a demarcá-las em lotes de cinquenta (50) hectares, destinando-os ao remanejamento de colonos expropriados que ainda não tiveram acesso a lote. A propósito, o chefe da Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí afirmou que ainda pode haver disponibilidade de lotes de penetração na Gleba Parakanã. Nesse caso, os colonos expropriados pela ELETRONORTE, que ainda não tiveram acesso a novo lote, poderão ser contemplados com até dois (2) lotes de cinquenta (50) hectares. Além disso, para aqueles que desejarem lotes de cem (100) hectares, os interessados poderão procurar a Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí, pois existem áreas disponíveis na Gleba "Pitinga", "Valentim" e em "São Felix do Xingú", para onde poderão ser relocados.

.....Continu.....

.....Continuação....fls. 05....

Nada mais tendo sido abordado, discutido e solucionado, foi dada por encerrada a reunião, cuja Ata é assinada pelos seus participantes.

Tucuruí (PA), 11 de setembro de 1982.

01 - ALDAIR TEIXEIRA DUARTE	<i>[Handwritten Signature]</i>	Diretor - ELETRONORTE
02 - CONSTANTINO A. T. BRAHUNA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Advogado - ELETRONORTE
03 - HILTON PAIVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Assessor - ELETRONORTE
04 - JOÃO BATISTA GOMES	<i>[Handwritten Signature]</i>	Coord. - GETAT
05 - JOÃO BERTOLDO TRINDADE COSTA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Técnico - ELETRONORTE
06 - LUIZ CLAUDIO SOUZA E SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Coord. SPI- ELETRONORTE
07 - JOSÉ MARTINS PESSOA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Eng. Agrônomo - ITERPA
08 - JOÃO BASILIO SERAPHIM	<i>[Handwritten Signature]</i>	" " - ELETRONORTE
09 - JOSEFA ALVES LOPES	<i>[Handwritten Signature]</i>	Ass. Educacional - CONTAG
10 - RAUL CHUCAIR DO COUTO	<i>[Handwritten Signature]</i>	Eng. Agrônomo Prel. Cametã
11 - FELISBERTO ASSENÇÃO DAMASCENO	<i>[Handwritten Signature]</i>	Adv. Prelazia Cametã
12 - AIDA MARIA DA SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Sec. Prelazia de Cametã
13 - MANOEL DA SILVA SOUZA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Agricultor
14 - OTACILIO NUNES FERREIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
15 - JOAQUIM DE SOUZA VEIGA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
16 - JOSÉ MARTINS	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
17 - MANOEL ELOI SOUZA SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
18 - RAIMUNDO MOTA DA SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
19 - ANGELO LIMA DE OLIVEIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
20 - EXPEDITO PEREIRA DE ARAUJO	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
21 - JOSÉ RODRIGUES MORAES	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
22 - RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
23 - ANTONIO NONATO FERREIRA FILHO	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
24 - LUIZ BARBOSA AGUIAR	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
25 - ESTEVÃO CORREIA DE FRANÇA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
26 - SAINT CLAIR GOMES PEREIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Comerciário
27 - JOSÉ DUARTE SOUZA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Agricultor
28 - LOURENÇO LAURINDO DA SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
29 - ADONIL G. SOUZA	<i>[Handwritten Signature]</i>	"
30 - EMILIANO VICENTE DOS SANTOS	<i>[Handwritten Signature]</i>	"

NOTA DE ESCLARECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO DE 8 E 10 DE SETEMBRO DE 1982

Nestes dias enquanto umas 400 pessoas estavam acampadas no SPI (Escritório da Eletronorte em Tucuruí), numa sala do SPI estavam negociando da parte da empresa um diretor da Eletronorte, advogado, Assessor Técnico, Coordenador do SPI, um agrônomo, mais ainda um agrônomo do ITERPA e um Coordenador do GETAT; Da parte dos expropriados 3 pessoas ligadas à Prelazia de Camélia e uma Assessoria da CONTAG juntamente com mais 17 agricultores.

Vejamos o que eles negociaram:

1. QUANTO À CONSTRUÇÃO DE CASAS

O Diretor da Eletronorte explicou que a empresa não preve a construção de casas, mas apenas uma ajuda de construção e reassentamento de lotes.

Porém com as reivindicações apresentadas pelos expropriados a Eletronorte vai estudar o caso e se mudar sua política será comunicada aos expropriados antes da formação do reservatório.

2. QUANTO AOS LOTES DE 21 ALQUEIRES:

O coordenador do GETAT explicou que eles tem como padrão de entregar apenas 10 alqueires, porque não existe muita terra disponível na região. Mas se existir terra não ocupada o colono poderá ganhar mais terra e nas glebas de Parakanã, Pitinga e São Félix do Xingú o colono poderá ganhar até 2 lotes de 10 alqueires.

Porém a comissão dos expropriados decidiu continuar com a reivindicação de 21 alqueires (mesmo para aqueles que já tem um lote de 10 alqueires) e que através da CONTAG iriam pedir a demarcação das terras tanto para Eletronorte quanto para o GETAT.

Com isso se viu que o GETAT decidiu manter a sua posição diferente daquela pedida pelos expropriados.

3. REVISÃO DAS INDENIZAÇÕES:

O Diretor da Eletronorte disse: quem quiser o seu processo poderá fazer com ou sem advogado para quando ocorrer injustiça essa possa ser verificada e corrigida.

4. QUANTO AO PREJUÍZO PELO TEMPO SEM PLANTAR:

O Diretor da Eletronorte disse que a empresa nunca proibiu a plantação de culturas de curto ciclo (como milho, mandioca, feijão, arroz, etc...).

Mas se houve informações desconhecidas o SPI deverá examinar caso por caso para que possa haver uma indenização suplementar.

REGIÃO DO MOJÚ ABERTURA DE POÇOS

O Diretor esclareceu que na questão de abertura de poços a empresa após o acordo de preços pagará diretamente ao colono as despesas do serviço, e se o colono preferir a empresa contratará uma empreiteira para este serviço.

ESCOLAS PARA CADA VICINAL:

O Diretor da Eletronorte falou que não pode ser atendida esta reivindicação porque

já fizeram escolas no loteamento "Rio Mojú", e que empresa se comprometeu de equipar com sanitário e cisterna.

Ainda disse que vai pedir ao Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal o pagamento de professores.

ABERTURA DE VICINAIS

O Diretor da Eletronorte disse que: o trabalho de abertura de vicinais está sendo feito. No caso de a estrada passar no terreno de algum colono, este poderá procurar o escritório do SPI em Tucuruí para ser indenizado.

ABERTURA DE PICADAS DIVISÓRIAS DE TERRENOS CONFINANTES:

Ficou esclarecido que a empresa se compromete a mandar uns topógrafos fazer estes serviços quando houver alguma briga por causa de limites.

No caso de não haver confusão os próprios colonos poderão pedir no SPI um topógrafo para indicar o rumo do pico de divisão dos lotes.

QUANTO À CONSTRUÇÃO DA VILA DE MOJÚ:

Com a construção da infraestrutura (luz, água, esgoto etc...) da nova vila de Breu Branco, não tinha condição de fazer outra vila no loteamento do Rio Mojú.

QUANTO AO DOCUMENTO DEFINITIVO DAS CASAS CEDIDAS AOS EXPROPRIADOS:

O advogado da Eletronorte esclareceu que está sendo encaminhada esta questão. O caminho para a solução deste problema é fazer um requerimento para a Eletronorte pedindo a transferência da propriedade desses casas, que serão "Bem de família". O chefe de família para vender tem que pedir uma licença para o juiz; O lote e a casa são da mulher e dos filhos.

EXPROPRIADOS DE ITUPIRANGA REMANEJAMENTO PARA OUTROS LOTES FORA DO RESERVATÓRIO:

Foi pedido pelo chefe da Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí uma relação dessas pessoas e apresentada no SPI de Tucuruí da Eletronorte, para ser feita uma triagem e encaminhada a sub-unidade do GETAT em Marabá e esta faria um levantamento dos expropriados, providenciando o reajustamento dos mesmos em lotes de 10 alqueires.

PESSOAS LOCALIZADAS NA ÁREA DO RESERVATÓRIO:

As pessoas que estão na área do reservatório e não foram cadastradas e indenizadas, o diretor de engenharia da Eletronorte mandou que fizesse uma relação, para que o SPI de Tucuruí, examinasse cada caso, identificando quem estava na área do reservatório e providenciando o cadastramento, avaliação, indenização e relocação.

Na questão de causas será dado o mesmo encaminhamento previsto para os casos de Repartimento, Breu Branco e colonos do "Rio Mojú".

Tucuruí, 22.09.1982

SAIU NO JORNAL

O LIBERAL Belém, quinta-feira, 09 de setembro de 1982 **11**

Colonos acampam na área a ser inundada em Tucuruí

Entre 300 e 500 lavradores de várias localidades em área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí, estão acampados desde ontem em frente o escritório da Eletronorte naquela cidade, reivindicando indenizações justas para as suas propriedades desapropriadas pela empresa, em função da hidrelétrica. A informação foi dada ontem à imprensa pelo bispo de Cametá, Dom José Chaves, que denunciou uma série de irregularidades no pagamento das indenizações pela Eletronorte.

Na área em que será o futuro reservatório da Usina, residem cerca de quatro mil famílias, espalhadas pelas localidades de Repartimento, Breu Branco, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Rocinha, Jatobal, Santa Tereza do Tauiri, Rainha e Mocajuba Direita e nas áreas da vicinal 161 da Transamazônica e da Funai Tucuruí. Nos municípios de Tucuruí, Itupiranga e Jacundá, estas localidades estão sob a jurisdição das prelazias de Cametá, Itaituba e Marabá.

Há mais ou menos três anos, funcionários da Eletronorte estiveram na área, fazendo levantamento dos lotes agrícolas e avisando os lavradores para que suspendessem o plantio, porque dali por diante nenhuma outra benfeitoria seria indenizada. Mais tarde começaram os remanejamentos dos lavradores que, segundo Dom José Chaves, não estão recebendo indenizações justas, nem pelas benfeitorias realizadas antes desta data, ou pelos seus lotes. Diz o bispo, que há casos de indenizações em que a Eletronorte está pagando apenas 500 cruzeiros e outros em que os lavradores são obrigados a assinar papéis em branco, para a Eletronorte preencher.

"Os que tinham ou não títulos de propriedade ou não estão recebendo nada ou estão recebendo uma migalha" — afirmou o bispo. Conforme seu relato, lá, o módulo rural, de acordo com o Estatuto da Terra, é de 100 hectares, ou 21 alqueires. Mas a Eletronorte transfere os lavradores, oferecendo em troca de seus lotes 50 ou até 20 hectares e ainda por cima em lugares áridos, que não servem ou tornam difícil o plantio.

Transferidos de seus lotes, os trabalhadores constatam também que a Eletronorte não cumpriu sua promessa de construir toda uma infraestrutura nos locais de remanejamento. Nas novas áreas os agricultores não encontram água, luz ou saneamento; levam pouco dinheiro (segundo a denúncia, a Eletronorte está pagando 16 cruzeiros por um pé de laranja) e como não puderam plantar nestes dois anos, passam fome.



Dom José falou à imprensa

No ano passado, conta o bispo de Cametá, foi enviado um ofício à Eletronorte, em Brasília, onde eram relatadas todas estas irregularidades e pedida uma revisão justa e honesta em cima de tudo o que vinha sendo feito. Em resposta, porém, ao documento, o presidente da empresa, Garcia Lhaño, apenas afirmou que, comparada às demais hidrelétricas, Tucuruí é a que melhor atende a população em termos de justiça social.

Persistindo em suas reivindicações, de cobrança às promessas feitas pela empresa, os agricultores enviaram novos memorandos à Eletronorte, e prepararam até uma delegação da localidade de Repartimento, recebendo em resposta, desta feita, apenas o silêncio da empresa. Cansados de esperar, resolveram enviar um último documento, no qual davam um prazo até o sábado, dia 4, para que a empresa se manifestasse sobre o problema. Não tiveram resposta e, em reunião, no sábado, decidiram acampar em frente o escritório de indenizações da Eletronorte em Tucuruí.

No acampamento, os lavradores formaram uma comissão de negociação. Foram recebidos, mas os engenheiros da empresa alegaram que não podiam responder aos lavradores, e nem houvera resposta para o documento enviado na semana passada, devido à morte de dirigentes da Eletronorte. Acha porém Dom José Chaves que a empresa poderia ter dado alguma resposta e explicou que os agricultores ficarão acampados enquanto sentirem a possibilidade de negociação. Esgotado este canal, partirão para um processo contra Eletronorte.

Dom José Chaves, que está em Belém participando da Assembleia geral ordinária do regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, informou que todos os bispos presentes ao encontro já foram colocados a par, ontem mesmo, da si-

tuação e, em apoio aos lavradores, a assembleia enviara telegrama em nome de todos os participantes. Ele disse ainda que é possível que se venha a pedir a colaboração da CNBB a nível nacional, para encontrar uma saída para o problema.

REIVINDICAÇÕES

Em um documento distribuído à imprensa por Dom José Chaves, os lavradores lembram diversas das tentativas que fizeram para sensibilizar a Eletronorte para a situação. Em 9 de janeiro de 80, diversas comunidades de Itupiranga publicaram na imprensa um documento, que falava de suas incertezas quanto ao remanejamento daquela área de dois mil quilômetros quadrados a ser inundada pela Usina. Em julho do mesmo ano, os desapropriados da Vila de Repartimento elaboraram um abaixo-assinado à Eletronorte, Governo do Estado e a Prefeitura de Tucuruí, onde exigiam a construção da nova Vila de Repartimento no quilômetro 177, da BR-230 e a demarcação dos lotes às proximidades.

No dia 2 de novembro, já em 81, é lançado em Itupiranga um documento onde é denunciado o baixo valor das indenizações que os agricultores tiveram que aceitar por seus lotes. No dia 12 de dezembro do mesmo ano, os moradores das áreas a serem atingidas, elaboraram novo documento enviado desta feita até ao presidente da República e a ministros de Estado. Em resposta receberam apenas um telegrama do ministro do Interior informando o envio do assunto ao Ministério das Minas e Energia (que havia recebido o documento) e um ofício da Eletronorte a Contag, onde a empresa de exime das acusações que lhe foram dirigidas.

No dia 23 de maio de 82 os lavradores voltam a denunciar as irregularidades, dando a Eletronorte um prazo até 30 de julho para o atendimento de quatro exigências: 1) demarcação dos lotes rurais dentro dos critérios anteriormente conhecidos; 2) realização da infra-estrutura nas novas áreas de Repartimento e Breu Branco; 3) início dos trabalhos de construção das casas pela Eletronorte, nas novas vilas e 4) fornecimento de mapas tanto das novas vilas, quanto dos loteamentos destinados à população rural.

Lucio Flavio Pinto

Novo acampamento

O acampamento que começou a formar-se, ontem, em frente ao escritório do Serviço de Patrimônio e Indenizações da Eletronorte em Tucuruí guarda algum termo de comparação com o famoso Acampamento Natalino, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, que se transformou em símbolo da luta dos lavradores no país?

O paralelo deve ter andado pelas mentes dos que apoiam ou combatem as duas manifestações, uma já encerrada, mas que transmite experiências às demais, e outra, aparentemente, apenas em seu início.

As informações sobre o que está realmente ocorrendo em Tucuruí ainda são muito imprecisas, inclusive porque, nestas ocasiões, quase sempre torna-se impossível manter contatos com o interior. Mas sabe-se que de 300 a 400 lavradores reuniram-se em uma área em frente ao escritório do SPI da Eletronorte, no centro de Tucuruí, exigindo um entendimento com os responsáveis pela empresa. E só sairão depois de obterem um acordo.

Antes de aceitarem um diálogo com a comissão de oito membros (sete lavradores e um advogado da CPT — Comissão Pastoral da Terra), funcionários da Eletronorte tentaram a intermediação do vigário da cidade, que recusou-se a desempenhar o papel argumentando já haver uma comissão nomeada pelos próprios lavradores para esse fim.

Desde janeiro de 1980 os agricultores que terão seus lotes e casas inundados pelo rio Tocantins, quando — no próximo ano — forem fechadas as comportas da barragem da hidrelétrica, realizam um movimento reivindicatório em favor de quatro mil famílias que moram na área do reservatório. A princípio individualmente, eles foram assumindo formas coletivas de luta, mas não parecem ter conseguido impor um diálogo produtivo com a Eletronorte, que invariavelmente responde através de monólogo.

A empresa parece partir do pressuposto de que os acordos indenizatórios já foram firmados, constituindo-se em fato legal, definitivo — no que, de certa forma, tem razão. Os lavradores que participam do movimento raciocinam a partir da constatação de que, mesmo legais, esses acordos podem ser ilegítimos.

Em manifesto divulgado ontem, os lavradores dizem ter ouvido frequentes promessas de funcionários da Eletronorte sobre a construção de novas vilas, em lugar das submersas, com serviço de água, luz, esgoto e prédios públicos, além de ajuda de custo para recomeçarem a vida. "Disseram que nós iríamos receber novas casas e que nós não saberíamos nem como entrar nelas de tão bonitas", lembra o manifesto.

Por isso, pedem que a Eletronorte cumpra a promessa, construindo as novas vilas de Breu

Branco e Repartimento, a primeira na área que pertence à Aeronáutica e a segunda no novo leito da Transamazônica.

Por ordem da empresa, os agricultores suspenderam, entre 1978 e 1979, o plantio de culturas permanentes porque eles não seriam indenizados. No ano passado, porém, a Eletronorte enviou uma carta a vários colonos, informando-os de que seus lotes não seriam mais atingidos pelo lago artificial. "Por causa dessa medida, esses colonos já perderam três anos de produção", diz o manifesto.

Ele acusa a Eletronorte e o Getat (a este com data atrasada, já que o órgão só passou a existir em 1980) de não estarem respeitando o módulo rural estabelecido pelo Estatuto da Terra para a região, que é de 100 hectares, oferecendo lotes de 25 e 50 hectares para os lavradores remanejados, "o que não dá condições para trabalhar e sustentarmos nossas famílias".

Os lavradores dizem que esses lotes "não são demarcados e nem titulados e em diversas ocasiões são entregues nos fundos das glebas de um fazendeiro, causando assim questão entre os colonos e os fazendeiros". Os colonos alegam ainda que os solos são pobres e há falta de água.

O documento acusa também a Eletronorte de ter coagido lavradores a assinarem acordos de indenização e tê-los pago sem fornecer o preço das benfeitorias e das plantações. "Em muitos casos, as folhas do processo indenizatório foram nos oferecidas para que assinássemos em branco", dizem ainda.

No final da tarde, os executivos da Eletronorte em Tucuruí concordaram em receber a comissão. Explicaram que não tinham respondido ao memorial dos lavradores no prazo estabelecido, 5 de setembro, porque dois diretores da empresa morreram, explicação não aceita. Mas ouviram as quatro reivindicações apresentadas: demarcação dos lotes rurais dentro dos critérios anteriormente conhecidos; realização da infraestrutura da área das novas vilas de Repartimento e Breu Branco; início dos trabalhos de construção das casas pela Eletronorte nas novas vilas; e fornecimento de mapas das vilas e loteamentos.

Ainda não se tem informações sobre os resultados do encontro, mas sua realização já é um avanço: até aqui a Eletronorte tem respondido com ofícios secos, como quem não quer discutir mais nada e considera a questão resolvida. Uma revisão nos acordos de indenização, ainda que pudesse reafirmar sua justeza (o que os lavradores contestam), só pode ser benéfica.

Os acordos foram obtidos às pressas. A Eletronorte parecia considerar mais importante desfazer-se logo do problema, que é realmente pequeno se comparado a outras usinas (como Itaipu), mas o aqodamento pode apenas transferir esse problema, do início, para o fim do processo. Sem que a comparação com o Acampamento Natalino possa parecer um despropósito.

Regional a favor de 4 mil famílias

Os bispos da CNBB-Regional Norte II, reunidos em assembleia, posicionaram-se ontem a favor das 4 mil famílias que atualmente enfrentam problemas com a Eletronorte, segundo relato feito na reunião pelo bispo de Cametá, D. José Elias Chaves. Segundo o sacerdote, as famílias, que terão de sair de suas terras em função da inundação provocada pela Hidrelétrica de Tucuruí, ainda não

conseguiram um entendimento com a empresa. Os bispos que participaram da reunião de ontem, não somente manifestaram seu apoio às famílias que serão desalojadas, como também enviaram um telegrama aos prejudicados, tomando ainda a decisão de iniciar um processo contra a Eletronorte, caso uma solução para o problema não seja encontrada em breve. (Pág. 12)



Os bispos, reunidos, deram apoio às 4 mil famílias

O LIBERAL Belém, sexta-feira, 10 de setembro de 1982

TUCURUÍ

Ainda não houve acordo entre os representantes dos 400 lavradores acampados em Tucuruí e a Eletronorte, que hoje voltaram a reunir-se para discutir as questões apresentadas. A primeira reunião, iniciada no final da tarde de quarta-feira, durou cinco horas e começou sob um ambiente tenso, quando os funcionários da Eletronorte tentaram negociar apenas com um pequeno grupo da comissão de oito membros, excluindo os lavradores. Depois, o clima ficou mais aliviado, porém não houve acordo. Ontem, houve encontros do pessoal da Eletronorte com grupos de moradores de cada uma das localidades que serão inundadas com a formação do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí.

A única promessa apresentada pela Eletronorte foi a construção de prédios públicos e da infraestrutura nos novos núcleos urbanos, que substituirão os que serão inundados. Mas a empresa negou-se a construir as casas dos moradores, inclusive em lotes rurais, a rever os processos de inden-

zação e a garantir lotes de 100 hectares — itens principais das reivindicações. O Getat ofereceu lotes desse tamanho em áreas distantes, o que não foi aceito pelos lavradores.

Membros da comissão sugeriram a desmobilização e a preparação de novas reivindicações, mas os lavradores não aceitaram. Eles decidiram permanecer acampados em frente ao escritório da empresa até obterem um acordo, o que não parece próximo de ser conseguido.

TUCURUÍ

A despeito do atraso de um ano nas obras da hidrelétrica de Tucuruí, o projeto de alumínio que a Alcoa está tocando no vizinho Estado de São Luís do Maranhão, não sofrerá retardamento, pois nesse meio termo receberá energia da CHESF.

A garantia é do Ministro Delfim Netto ao presidente da Alcoa. Diante disso, o Sr. Allan Belda confirmou ao Ministro que a Alcoa começará a produzir em abril de 1984, cerca de 500 mil toneladas anuais de alumina e a partir de julho, 150 toneladas anuais de alumínio, destinado à exportação.

Reunidos ontem na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Tucuruí, os quatrocentos agricultores resolveram aprovar ata de reunião de 15 horas mantida com a direção da Eletronorte, e levantar o acampamento instalado nos terrenos do escritório do SPI-TUC, responsável pelas indenizações e relocação dos agricultores atingidos pelo represamento em Tucuruí das águas do Rio Tocantins.

A decisão dos agricultores foi em decorrência de considerarem como uma vitória terem sido respondidas satisfatoriamente suas 14 reivindicações, relativas a melhorias da qualidade dos benefícios a cargo da Eletronorte, em troca da desocupação da área a ser inundada.

O problema começou a surgir já na época do levantamento da área a ser inundada e do registro de todos os bens que deveriam ser indenizados pela Eletronorte. Naquela época, segundo os agricultores, e a Eletronorte admite a possibilidade de que tenha ocorrido, ressaltando que não foi por sua autorização — as empresas encarregadas desse levantamento informaram aos agricultores que não mais plantassem, seus roçados, pois a área sendo inundada, não teriam mais serventia já que não haveria tempo para serem colhidos. Muitos fizeram dessa maneira e, segundo Aldair Teixeira Duarte, diretor de engenharia da Eletronorte, que veio de Brasília para tratar do problema, a empresa foi alertada por um documento assinado por várias pessoas da área agrícola, informando as conseqüências de tal determinação. Segundo ele, o documento foi respondido através da Igreja, informando que apenas não era recomendável o plantio de culturas de longo ciclo vegetativo. Mas, esse tornou-se um dos pontos reivindicados durante a semana pelos agricultores acampados.

Aliando-se a este, surgiram os problemas de construção de casa nos lotes entregues pela Eletronorte e o referente à indenização pelas terras adquiridas, tornando-se os três principais pontos de reivindicação dos agricultores das localidades de Repartimento, Breu Branco, Jatobal, Itupiranga, Remanso Centro, Remanso Beira, Jacundá, Itupiranga, Santa Tereza do Taurí e uma parte de Ipixuna, todas na área do lago.

Com estas e outras reivindicações os agricultores, há cerca de seis meses, segundo informou Raul Couto, membro da comissão de negociação dos agricultores e da Comissão Pastoral da Terra, depois de algum tempo fazendo solicitações isoladamente, os agricultores resolveram fazer uma reivindicação conjunta. Para tanto uniram-se, arrecadaram fundos, fretaram carros para transportá-los, e na última quarta-feira amanheceram de rede atada nas travessas de uma passarela existente nos fundos do prédio onde está localizado o SPI da Eletronorte em Tucuruí.

Para ali, foram famílias inteiras. Panelas foram improvisadas com latas de 20 litros. Um fogareiro a lenha foi improvisada numa parte do quintal do prédio do SPI. Um encerado serviu de cobertura para outras áreas não protegidas, mas ocupadas. Estava feito o movimento para as reivindicações. Eram cerca de 400 pessoas dispostas a só deixar o local com uma resposta da direção da Eletronorte. E assim aconteceu.

Auxiliados por membros da Comissão Pastoral da Terra, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e pela Prelazia de Cametá; os agricultores formaram uma comissão, encarregada de encaminhar as negociações com a direção da Eletronorte. Para isso contribuíram também a Delegacia Sindical de Repartimento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Comissão de Moradores de Repartimento, Comissão de moradores de Itupiranga, e Comissão de Moradores de Moju.

DOCUMENTO — Essa comissão, como primeira medida, elaborou um documento, no dia 8, explicando as razões da mobilização dos agricultores (prejuízo aos lotes de 21 alqueires, impossibilidade de sobrevivência em lotes de 5 ou 10 alqueires), e considerando injusta a indenização pelas desapropriações), responsabilizando a Eletronorte por nove

ítems causadores da atual "situação dos lavradores". Entre estes incluíram-se o não-cumprimento da promessa de distribuição de lotes de 21 alqueires de terras, não fornecimento da delimitação exata da face d'água do lago proibindo o plantio da lavoura, recusa de revisão dos processos de indenização; fuga a responsabilidade, jogando a culpa ora no Iterpa ora no Getat; omissão nas informações sobre o plano de ressentamento de vilas; pagamento de até Cr\$ 10.000,00 aos funcionários para que indenizassem por menor preço; utilização política dos lotes; obrigar colonos a assinar folhas em branco; e ameaça moral e física para que os colonos recebessem indenizações injustas, sem reclamar.

Enfim, o documento colocava as reivindicações do grupo: Terra por terra — lotes de 21 alqueires; Vila por Vila — casa por casa; e indenizações justas e recuperação dos prejuízos.

DECISÃO — Com a chegada de Brasília do engenheiro Aldair Teixeira Duarte, a disposição de negociar por parte da Eletronorte foi manifestada, passando então a trabalhar em torno da reunião de um grupo de pessoas com representatividade do grupo para discutirem os acordos que poderiam ser feitos.

O grupo de pessoas foi reunido, sendo oito da área governamental, envolvendo pessoal da Eletronorte, Getat e Iterpa, os 22 restantes negociando em favor dos agricultores, envolvendo representantes da Contag, prelazia de Cametá, agricultores e comerciários. A primeira parte da reunião, realizada anteontem, foi iniciada logo pela manhã, sendo suspensa por volta do meio dia. A partir das duas horas da tarde voltaram todos a se encontrar e, por volta de uma hora da madrugada, era assinada a ata dessa reunião, que se tornou um documento de 14 ítems respondendo a cada uma das questões levantadas pelos agricultores, deixando pendente apenas a reivindicação da construção de casas nos lotes doados aos indenizados, que segundo Aldair Duarte, somente poderá ser resolvida a nível ministerial.

Exposto ontem pela manhã aos agricultores reunidos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o documento foi aprovado por todos, que embora com um pé atrás, segundo Raul do Couto, da CPT, se dispuseram a deixar o local e acompanhar em suas residências, as providências prometidas.

Ponto por ponto, um novo acordo aprovado

Na ata do acordo afinal aprovado entre os manifestantes e a Eletronorte ficaram decididos 14 itens, objeto das reivindicações dos remanejados. A ata é assinada por um diretor da Eletronorte — Aldair Duarte — e cinco técnicos da empresa; João Batista Gomes, coordenador do Getat, José Martins Pessoa, do Iterpa, Josefa Alves Lopes, assistente educacional do Contag; Raul Chucair do Couto, Felisberto Assenção Damasceno e Aida Maria da Silva, da prelazia de Cameté e 18 agricultores. Por ela, fica estabelecido, em relação aos expropriados de Repartimento e Transamazônica:

— a construção de casas reivindicadas pelos expropriados será reivindicado através da Contag, junto à direção da Eletronorte, ficando pendente de decisão. A Eletronorte prevê ajuda de construção, reassentamento de lotes, e permissão de reaproveitamento do material proveniente das benfeitorias indenizadas, além do fornecimento de transporte para a remoção.

— os lotes serao de 50 hectares, devido à pouca disponibilidade de área em Repartimento. Se houver área devoluta, o Getat demarcará para entrega aos colonos expropriados que ainda não têm lotes de terras. Se houver disponibilidade na gleba Parakanã, os colonos que estão sem terra nova poderão receber até dois lotes de 50 hectares. Os que quiserem, poderão receber cem hectares nas glebas Pititinga, e Valetim e em S. Félix do Xingu. Os colonos mantiveram a reivindicação de 21 alqueires para os lavradores da área de inundação, deixando para a Contag a apresentação de áreas.

— quanto à revisão de indenizações, ficou estabelecido que cada interessado poderia pedir a revisão e, constatada situação de injustiça, seria a mesma corrigida.

— serão indenizados todos os que

comprovadamente tiveram prejuízos com a proibição de novos plantios este ano, esclarecendo a Eletronorte que as culturas de ciclo curto não estavam proibidas.

Com relação aos remanejados para o rio Moju, ficou estabelecido:

— que serão abertos poços novos, ou aprofundados os já existentes, pelos colonos ou por empresa contratada, pagando a Eletronorte as contas.

— os colonos serão atendidos pelas escolas que serão construídas em Breu Branco, e as escolas da prefeitura do Moju, que as cederá em comodato. A Eletronorte deverá dotar estas escolas de cisterna e sanitário, e pedir ao Governo do Estado e Prefeitura Municipal que pague as professoras.

— a Eletronorte vai abrir as estradas vicinais pretendidas pelos colonos, para dar acesso aos lotes. Se a estrada passar por dentro de um lote, o proprietário será indenizado de benfeitorias que porventura existam;

— em caso de litígio, a Eletronorte fará o levantamento topográfico dos lotes.

— a Eletronorte designará topógrafo para delimitar os lotes, por iniciativa dos colonos ou por sua própria, em caso de litígio.

— a implantação da Nova Vila de Breu Branco suprirá o pedido de vila de apoio ao loteamento do Moju.

— os contratos de comodato podem ser transformados em propriedade definitiva, desde que gravados como bem de família.

Os que serão atingidos pelas águas em Itupiranga, e que ainda não foram remanejados, deverão ser apresentados à Eletronorte para triagem, para posterior reassentamento através do Getat.

— a comissão deverá fazer um levantamento de todos os que ainda se acham na área a ser inundada, ainda não identificados, para efeito de cadastro e relocação.

Eletronorte nega promessa de casa nova

Durante entrevista exclusiva ao Grupo Liberal, o Diretor de Engenharia da Eletronorte, Aldair Duarte, negou que a Eletronorte houvesse prometido casa para todos. A promessa foi apenas para os do grupo da cota 35 - aqueles que sofriam perigo de serem atingidos por uma enchente antes do enchimento do reservatório da barragem.

Disse ainda que não houve, por parte da Eletronorte, determinação para que o

plântio fosse suspenso, mas apenas orientação para que fosse evitado o plantio de culturas de longo ciclo vegetativo.

Segundo ele, o valor das indenizações foi estipulado por um grupo de professores paraenses chamados pela Eletronorte, com esse objetivo.

Aldair Duarte informou que são cerca de duas mil famílias, num total aproximado de quatro mil pessoas, sendo que estão registrados em torno de 3500 processos, pois existem famílias com mais de um terreno desapropriado.

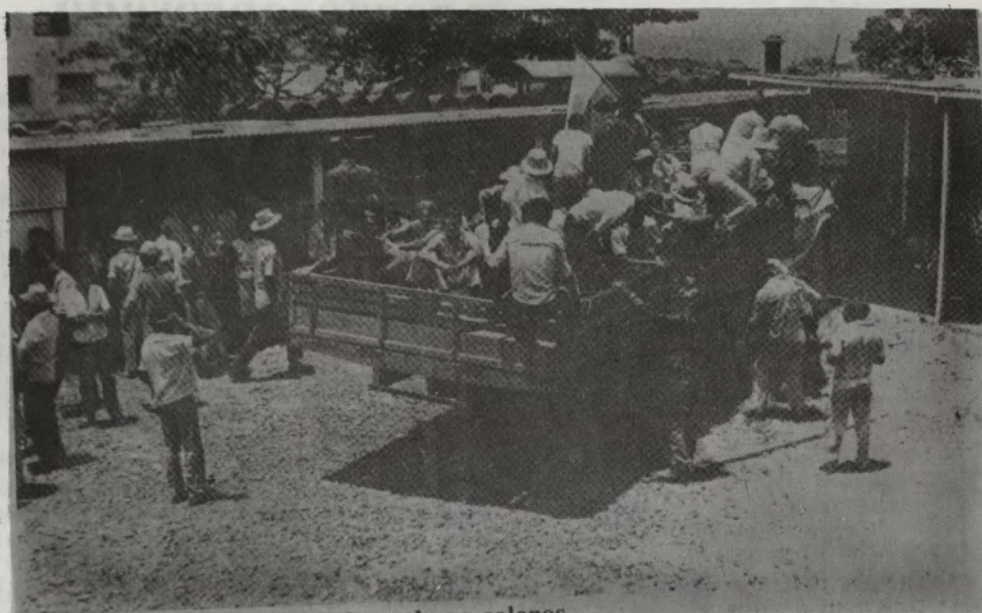
Outras afirmações: Os mais de 3 mil lotes dispostos pela Eletronorte estão destruídos entre Moju, Novo Repartimento, Arraias, Novo Breu Branco, e gleba Parakanã, Tucuruí, Valentim,

Baiana, Pititinga e gleba Xingu.

— O atraso nas obras de Tucuruí não influi no programa de relocação dos agricultores. Todos estarão assentados até setembro de 83.

— A Eletronorte deu aos agricultores uma indenização (Cr\$ 1.350,00/ha), ajuda de custo (Cr\$ 30, mil), relocação e indenização de todos os seus bens. (Os valores acima são de 1976).

— Os lotes das proximidades da represa são de 50ha e os da área rural (mais distantes) são de 100 ha. Aqueles que quiserem lotes de 100 ha terão que residir mais longe, pois a Eletronorte não possui mais área próxima para colocar todo o pessoal.



O primeiro transporte sai, levando os colonos

Um simples adeus nas despedidas

A despedida dos agricultores que se encontravam acampados em frente ao SPI da Eletronorte, em Tucuruí, foi simples: apenas um arrumar as bagagens, apanhar o carro, dar um aceno de adeus, e seguir viagem.

Tão logo terminou a reunião realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, todos voltaram para o local de acampamento, numa procissão estranha, sem velas, sem rezas, sem imagens, apenas conversas e planos sobre como serão os procedimentos de agora por diante, a fim de se manterem unidos dentro do espírito que moveu o encontro realizado durante a semana.

Ao chegarem ao acampamento, já por volta das 11hs30min, da manhã de ontem, enquanto as mulheres encarregadas de preparar os alimentos procuravam desocupar as latas que serviram de panelas para preparar a alimentação daquelas quatrocentas pessoas, o restante se encarregava de desarmar o acampamento. Alguns retiraram o plástico que serviu de cobertura, enquanto outros enrolavam as faixas indicativas das reivindicações, que se encontravam abertas, espalhadas por todos os lugares onde havia algum colono pedindo providência na Eletronorte. As mães ajeitavam as crianças que ainda engatinhavam pelo chão, ou brincavam na poeira, ausentes dos acontecimentos e dos motivos porque estavam ali.

Não houve demora. Em pouco mais de uma hora, todos estavam prontos. Um caminhão chegou. Alguém com um altofalante anunciou a partida. E quem pôde subiu no carro e se preparou para ir na

primeira leva de colonos de volta aos seus locais de origem. Os que ficaram, brevemente estenderam as mãos, num adeus, enquanto também pegavam suas bagagens para tomar outros carros.

Como os carros conseguidos pelos agricultores para fazer seus transportes sofreram problemas, a direção da Eletronorte providenciou alguns ônibus colocando-os à disposição dos agricultores em fim de manifestação. Eram os últimos a deixar o local. E foram saindo os ônibus, um a um. Cada qual trazendo um letreiro maior indicando ser um veículo da/ou a serviço da Eletronorte, enquanto outra plaqueta menor indicava o seu destino: Repartimento, Breu-Branco, entre outros.

Estava desfeito o acampamento. A direção de Eletronorte tinha dado o caso por encerrado. Os posseiros estavam satisfeitos com as promessas. Tudo voltava a calma.

Para melhor transmitir e sentir a natureza do movimento, foi perguntado a cada entrevistado o motivo porque estava ali. Eram todos colonos e as respostas foram as seguintes:

Jose Pereira da Silva: "Minha casa está caindo e não tenho condições de levantar outra. Eu tinha duas casas em Repartimento, uma industrial (beneficiamento de arroz) e outra residencial. Pelas duas fui indenizado em apenas Cr\$ 250 mil".

José Duarte de Souza - Itupiranga: "Porque me sinto atingido e não tenho nenhuma garantia. Até agora não fui indenizado e não recebi nada".

Levantado o acampamento em Tucuruí



Mulheres desocupam as latas usadas para a comida



Malas e sacas arrumadas, prontos para a viagem



Manifestantes apanham o caminhão



A Eletronorte cedeu ônibus para o retorno



Na igreja, a assembléia que aprovou o acordo

TELEGRAMAS DE APOIO

OS TELEGRAMAS RECEBIDOS DURANTE O ACAMPAMENTO.

DIA 8 DE SETEMBRO:

"INFORMAMOS COMPANHEIROS DENUNCIAMOS MINISTROS DO TRABALHO, JUSTIÇA, CHEFE CASA CIVIL PRESIDENCIA REPÚBLICA, MINAS ENERGIA E PRESIDENTE ELETRONORTE AMEAÇA REPREENSÃO POLICIAL ATO PÚBLICO DIA 8, INSISTINDO PROVIDÊNCIAS URGENTES VISANDO CONTER AÇÃO POLICIAL BEM COMO SENTIDO PRONTO ATENDIMENTO REIVINDICAÇÃO TRABALHADORES: IMPOSSIBILITADOS PARTICIPAR ATO PUBLICO. REAFIRMAMOS SOLIDARIEDADE TODOS TRABALHADORES SUA LUTA ATENDIMENTO JUSTAS REIVINDICAÇÕES.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
PRESIDENTE DA CONTAG
BRASILIA - DF

SEGUIMOS COM ATENÇÃO E ORAÇÕES JUSTO MOVIMENTO REIVINDICAÇÕES NOSSO POVO:

DOM JOSÉ ELIAS
BISPO DA PRELAZIA DE CAMETÁ
BELÉM - PA

A CONFERENCIA DOS RELIGIOSOS NORTE 2 APOIA SUA LUTA PELA TERRA. FIQUEM FIRMES. DEUS ESTÁ COM VOCÊS.

BELÉM - PA

dia 9 de setembro:

ASSEMBLEIA REGIONAL NORTE 02. REUNIDOS PRESENTEMENTE EM BELÉM SOLIDÁRIOS COM REIVINDICAÇÕES.

DOM PATRÍCIO
PRESIDENTE CNBB
BELÉM - PA

DELEGACIA PARÁ ABRA VEM APRESENTAR SOLIDARIEDADE E UNIR-SE AOS POSSEIROS DE TUCURUÍ NO MOMENTO EM QUE ESTÃO LUTANDO PELOS SEUS DIREITOS DE JUNTO A ELETRONORTE. AVANTE EM SUA LUTA. CONTEM COM NOSSO APOIO. SAUDAÇÕES AGRÁRIAS.

WALDIR MONTEIRO
BELÉM - PA

SOLIDARIOS COMPANHEIROS RURAIS TUCURUÍ
ELETRICITÁRIOS
PAULO AFONSO - PE

ABRA MANIFESTA SOLIDARIEDADE POSSEIROS DE TUCURUI. APOIA REIVINDICAÇÕES POR INDENIZAÇÕES JUSTAS. TERRA PARA REASSENTAMENTO E CASAS PARA VIVER.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - PLÍNIO GUIMARÃES MORAES DIRETOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
CAMPINAS - SP

Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte Barragem de Tucuruí

Comissão de Moradores de Repartimento.

Comissão de Moradores da Colônia do Mojú.

Comissão de Moradores de Itupiranga

Comissão de Moradores de Tajiri

Delegacia Sindical de Repartimento

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá.

APOIO CONTAG -

ABRA (Delegacia Pará)

Prelazia de Cametá

Secretariado Nacional de

Justiça e não Violência.

CPT (Cametá)